

OS REFLEXOS DAS CRISES INTERNACIONAIS DA DÉCADA DE 1990 NAS ECONOMIAS-MEMBRO DO MERCOSUL

*Luciana Aparecida Bastos**

*Ricardina Dias***

*Bruno André Monção****

*Kátia José da Silva*****

Resumo: Este artigo visa demonstrar os reflexos que as crises econômicas internacionais da década de 1990 tiveram sobre as economias-membro do Mercosul, no período de 1994 a 2005, bem como suas repercussões na condução da política econômica dessas economias. Na análise, foram consideradas apenas as economias argentina, brasileira, paraguaia e uruguaia, uma vez que o Mercosul, em 1994, era composto apenas por esses quatro países-membros. As análises demonstraram que, a despeito das crises internacionais da década de 1990 terem auferido, em certos momentos, quedas nos fluxos comerciais intra e extra-regionais do bloco, não houve fuga expressiva de capital estrangeiro da região até 1999.

Palavras-chave: Mercosul, crises econômicas internacionais, políticas macroeconômicas, economias-membro.

REFLECTIONS OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC CRISIS OF THE 1990s IN THE STATE MEMBERS OF MERCOSUR

Abstract: This article aims to demonstrate the consequences of the international economic crisis of the 1990s on the economies of the MERCOSUR members countries during the period of 1994 to 2005 and the impact on the economic policies of these countries. In this analysis we have only considered the economies of Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay for the reason that in 1994, MERCOSUR was made up of only these four countries. This analysis shows that in spite of the international crises of the 1990s, there was, at times, falls in the trade flows within and outside the regional bloc but there was no significant leakage of foreign capital in the region until 1999.

Keywords: Mercosur, international economic crises, macroeconomic policies, member-economies.

Introdução

De acordo com a maioria dos estudiosos da Integração Latino-Americana das últimas décadas, dos quais se destacam Fonseca (2000), Balze (1991), Almeida (1998), Alvarez e Fuentes (1997), Coggiola (2004), Chacon (1996), Menezes (1990), dentre tantos outros de igual prestígio, a integração é condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região integrada, uma vez que proporcionaria o aumento do intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico dentro da mesma e com o restante do mundo. Na verdade, nada mais é do que um conjunto de estratégias econômicas e políticas

visando atender aos anseios mais imediatos e plausíveis dos países, sem, contudo, ter o poder de diminuir os interesses geopolíticos dos mesmos em cultivar áreas de influência.

Para Mises (1996, p. 39) "O homem não é um ser que tenha por um lado, uma dimensão econômica e, por outro, uma dimensão política dissociada uma da outra. Os eventos políticos são consequências inevitáveis das mudanças das políticas econômicas".

De acordo com Friedman (1999), dos muitos aspectos do processo de globalização, são a internacionalização e a interdependência econômica que criam as condições favoráveis à grande mobilidade dos capitais mundiais e ao livre acesso dos investidores internacionais nos mais diversos mercados globais, com todas as consequências (positivas ou negativas) que tais movimentações possam causar.

Uma dessas consequências é o efeito provocado pelo desempenho do comércio mundial, com fortes implicações para os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo Amaral (2007) as decisões de política econômica, induzidas por essas movimentações, em especial no que se refere à política cambial, produzem efeitos diretos no comportamento do comércio exterior dos países, com implicações nas oportunidades de mercado.

No que tange a um bloco regional, da mesma forma, a solidez do seu desempenho comercial intra e extra zona, está diretamente relacionada à qualidade dos instrumentos de política comercial, escolhidos e aceitos para compor o quadro normativo da integração.

A década de 1990, marcada, por sua vez, pela intensificação dos movimentos globalizantes e, em especial, pela forte interdependência dos mercados financeiros internacionais, vem a caracterizar-se como um período de instabilidade das grandes potências econômicas mundiais, absortas pelos fluxos de capitais internacionais.

Nesse contexto, os países emergentes tornam-se os mais vulneráveis às fugas de capitais resultantes das sucessivas quedas nas Bolsas de Valores de todo o mundo. Isso ocorre porque tais países são demasiado dependentes do capital estrangeiro para consolidar seus projetos de crescimento e desenvolvimento econômico e, ainda, dependem sobremaneira da comercialização de commodities para obter divisas, cujos preços são formados em Bolsas de Mercadorias e Futuros (AMARAL, 2007).

Desta forma, quando os investidores retiram seus capitais de curto prazo de uma determinada economia, em ritmo e volume significativos, provocam grandes prejuízos às economias que dependem desses capitais para financiar seus déficits comerciais e públicos.

Para o caso específico dos países do Mercosul, com destaque para Argentina e Brasil, alguns episódios decorrentes da nova realidade internacional na década de 1990 influenciaram diretamente na condução de suas políticas econômicas, com fortes consequências para seu desempenho comercial, tanto em âmbito regional quanto em âmbito mundial. Estes

episódios são: A crise mexicana (1994), a crise financeira e cambial da Ásia (1997) e a crise russa (1998).

Para entendermos melhor quais os impactos que tais crises econômicas internacionais tiveram sobre o desempenho comercial do Mercosul a partir de sua conformação (1994), que deu-se concomitantemente à crise mexicana, faremos aqui uma análise breve e objetiva das mesmas para, em seguida, mediante a utilização instrumental de dados estatísticos, demonstrar de que forma tais crises impactaram o desempenho comercial do Mercosul no período extraído para análise, a saber: 1994-2005.

A crise mexicana e seus reflexos no desempenho comercial do Mercosul: 1994-1997

A crise mexicana, primeira grande crise econômica internacional da década de 1990, criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro, a partir de 1994 (AMARAL, 2007).

A conjuntura econômica do México, a partir da metade de década de 1990, com déficit na Balança Comercial, déficit em Conta Corrente e grande dependência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), com acentuado grau de abertura econômica, mostrava-se pouco favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico, levando o país a sérias dificuldades para sanar seus compromissos internacionais. Esta foi a mais séria crise mexicana após a crise ocorrida em 1982, quando o México declarou moratória de suas dívidas e passou a adotar um programa heterodoxo de estabilização econômica, composto por políticas de âncora cambial, reforma fiscal, intensificação das privatizações e liberalização financeira.

A crise de 1994, por sua vez, levou o México à participação no NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte, também em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país.

Assim, o exemplo mexicano de buscar a estabilização econômica com base na valorização cambial, proposta pelo NAFTA, levou outros países, em condições de conjuntura econômica similares, a procurarem alternativas voltadas para uma proposta de crescimento econômico sustentável (AMARAL, 2007).

No Brasil, devido a esta crise, foram implementadas medidas visando a contenção monetária e do crédito, as quais resultaram na desaceleração do crescimento da economia, no aumento da taxa de desemprego no país e na retração da produção. Ajustou-se, ainda, a política cambial, introduzindo-se o sistema de bandas cambiais, através do qual a moeda flutua entre limites que podem ser modificados periodicamente.

No Mercosul como um todo, dada essa conjuntura, entre 1990 e 1997, o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações desses países no mesmo período (GINESTA, 1999).

Tal fato está relacionado ao contexto da década de 1990. Nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas principais economias periféricas, numa tentativa de implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

Assim, o projeto do Mercosul nasceu justamente nesse contexto de abertura econômica mundial, marcada por aceleração das exportações e das importações por parte dos países da região, num contexto de implementação da estratégia neoliberal dentro desses países. Ademais, o processo da abertura comercial, constituía-se em um dos principais componentes dessa estratégia.

Porém, é sabido que qualquer mudança na política cambial de um país, associada a outros instrumentos de política comercial, repercute diretamente no desempenho de seu comércio exterior, favorecendo-o ou não. Ademais, os saldos comerciais de um país são reflexos das decisões do governo sobre os instrumentos de política comercial adotados. Essa observação vale igualmente para os blocos econômicos.

Mediante a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, mais especificamente a partir de sua conformação com o Protocolo de Ouro Preto (1994), as estatísticas comerciais revelaram uma fase de êxitos no desempenho comercial do bloco, o que levou de antemão muitos dos estudiosos da integração a acreditar na consolidação e no fortalecimento do bloco. De acordo com Amaral:

As novas regras comerciais firmadas a partir da aplicação dos instrumentos de política comercial acordados em 1991 e, posteriormente, colocados em prática pelos países integrados, notadamente o Programa de Liberalização Comercial e a Tarifa Externa Comum – TEC –, criaram o ambiente de estabilidade e crescimento ao incremento do comércio exterior praticado por esses países, nas fases iniciais de implementação do projeto integracionista e, também, estabeleceu a base para os desdobramentos futuros da Integração do Cone Sul (AMARAL, 2007, p. 25).

O Programa de Liberalização Comercial, bem como a TEC, como mostra o Tratado de Assunção, Art. 5º, foram concebidos no intuito de incentivar a competitividade externa dos países integrados e sua entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 1995, transformou o Mercosul, de uma Zona de Livre Comércio, em uma União Aduaneira, ainda incompleta.

A Liberalização Comercial Progressiva, objetivava um cronograma de desgravação tarifária progressiva, linear e automática, que iniciou-se em junho de 1991 e se conformou em dezembro de 1994, quando o percentual de desgravação das preferências tarifárias totalizou 100% para os países do bloco (TRATADO DE ASSUNÇÃO, ART. 5º, ANEXO 1; PROTOCOLO DE OURO PRETO, Cap. II, Art. 34º).

O Protocolo de Ouro Preto (1994) por sua vez, mediante o Capítulo II, Art. 34º, conferiu ao bloco Personalidade Jurídica de Direito Internacional, permitindo que o Mercosul pudesse, a partir de então, firmar acordos e tratados internacionais, enquanto bloco regional.

Para avaliarmos o desempenho comercial do bloco de 1994-1997, período que se seguiu à Crise mexicana, observemos o quadro a seguir:

**Quadro 1: Comércio de bens mundial e do Mercosul:
1994-1997, US\$ bilhões**

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Mundial	4.326	5.162	5.391	5.581
MERCOSUL	61,9	70,5	75,0	83,2
Intra-bloco	12,0	14,0	17,0	21,0
Extra-bloco	50,0	56,0	58,0	63,0
IMPORTAÇÃO				
Mundial	4.426	5.279	5.536	5.736
MERCOSUL	62,7	79,9	87,2	102,6
Intra-bloco	12,0	14,0	18,0	21,0
Extra-bloco	50,0	65,0	70,0	81,0
CORRENTE DE COMÉRCIO				
MERCOSUL	124,6	154,0	162,2	185,8
Intra-bloco	24,0	28,0	35,0	42,0
Extra-bloco	100,0	121,0	128,0	144,0

Fonte: WTO, 2004 (adaptação).

Mediante o Quadro 1, observamos que o valor das exportações mundiais e do Mercosul, apresentou tendência de crescimento, de 1994 até 1997.

Dentro do Mercosul também cresceram as importações intra e extra-bloco nesse período, fruto da aceleração do processo de abertura econômica das economias-membro, na década de 1990. Do lado das importações do Mercosul, a tendência foi ainda maior. Enquanto as exportações passaram de US\$ 61,9 bilhões em 1994 para US\$ 83,2 bilhões em 1997, as importações passaram de US\$ 62,7 bilhões em 1994 para US\$ 102,6 bilhões em 1997, apresentando um saldo de balança comercial negativo para o bloco nesse período, fruto do próprio processo de abertura comercial e econômica dos países da região na década de 1990, como já afirmamos anteriormente.

Porém, a corrente de comércio ascendente do Mercosul nesse período, tanto intra quanto extra-bloco, neutralizou os saldos negativos na Balança Comercial.

Esse quadro ainda reforça que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para a Liberalização Comercial no bloco, já que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões em 1994, para US\$ 42,0 bilhões em 1997.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 2: Participação percentual do Comércio Exterior de Bens do Mercosul em relação ao Comércio Mundial: 1994-1997 (em %)

EXPORTAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Mundial	100,00	100,00	100,00	100,00
Mercosul	1,43	1,37	1,39	1,49
IMPOTAÇÃO				
Mundial	100,00	100,00	100,00	100,00
Mercosul	1,49	1,51	1,58	1,79

Fonte: WTO, 2004 (adaptação)

Observemos que a participação do comércio exterior de bens do Mercosul em relação ao comércio mundial passou de 1,43% em 1994, para 1,49% em 1997 (para as exportações), e de 1,49% em 1994, para 1,79% em 1997, (para as importações), reforçando que o bloco vai assumindo maior importância comercial tanto para seus países-membros no decorrer do processo de integração como, também, para o resto do mundo.

Observemos a participação percentual do comércio exterior de bens intra e extra-bloco em relação ao comércio total do Mercosul (1994-97).

Quadro 3: Participação Percentual do Comércio Exterior de Bens Intra e Extra-bloco em Relação ao Comércio Total do Mercosul: 1994-1997 (em %)

EXPORTAÇÃO	1994	1995	1996	1997
MERCOSUL	100,00	100,00	100,00	100,00
Intra-bloco	19,39	19,86	22,67	25,24
Extra-bloco	80,79	79,43	77,33	75,72
IMPORTAÇÃO				
MERCOSUL	100,00	100,00	100,00	100,00
Intra-bloco	19,14	17,52	20,64	20,47
Extra-bloco	79,74	81,35	80,28	78,95

Fonte: WTO, 2004 (adaptação)

Os efeitos positivos desse período, que logrou ainda um certo desempenho comercial para o bloco, esteve ligado ao processo de remoção das barreiras comerciais, proporcionando um aumento dos fluxos comerciais intra-regionais, bem como um aumento nos fluxos de capitais no bloco. Observemos que o comércio intra-bloco, pelo lado das exportações, cresceu de 19,39% em 1994, para 25,24% em 1997, em relação ao comércio total do Mercosul nesse período.

Observemos que, em termos nominais, o maior desempenho comercial do Mercosul ao longo da década de 1990 ocorreu no ano de 1997, especialmente do lado das exportações, passando a representar 25,24% das exportações praticadas pelo Mercosul. No comércio extra-bloco, pelo lado das exportações,

verificamos uma queda das exportações nesse período, fruto da crise mexicana, salientando a tendência da elevação da importância comercial que o bloco vem assumindo para as exportações de seus países-membros.

Assim, em termos de exportações, observamos, pelos dados estatísticos, que o Mercosul serviu como uma válvula de escape dos países-membros para a perda de competitividade frente aos grandes centros, nesse período de crise.

Este fato é comprovado visto que, pelo lado das exportações, enquanto a participação percentual do comércio exterior intra-bloco cresceu de 1994-1997, a participação percentual do comércio extra-bloco mostrou tendência decrescente em todo o período.

Do lado das importações, a participação percentual do comércio exterior, de 1994-1997, tanto intra quanto extra-bloco, apresentou tendência indefinida.

A crise asiática e seus reflexos no desempenho comercial do Mercosul: 1997-1998

A Crise Asiática foi um outro episódio internacional demasiado relevante ocorrido no período 1997-1998, onde o mundo deparou-se com uma nova conjuntura de instabilidade econômica, que resultou da crise cambial e financeira que se instaurou na Ásia, envolvendo, em princípio, cinco países da região, a saber: Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia, surpreendendo os estudiosos devido à abrangência de seu alcance. Tal crise repercutiu em várias partes do mundo e envolveu, surpreendentemente, países tidos como referência mundial em termos de crescimento e desenvolvimento econômico (AMARAL, 2007). De acordo com Canuto:

A crise financeira asiática de 1997-98 foi surpreendente não apenas pelo alcance global de seus desdobramentos, como pelo fato de ocorrer em uma região que se tornara, pouco antes, uma referência mundial em termos de crescimento econômico rápido e sustentado. A surpresa foi ainda maior por incluir, em seu epicentro, a Coreia do Sul, o exemplo maior de upgrading da periferia ao núcleo das economias desenvolvidas (CANUTO, 2000, p. 01).

De acordo com Vizontini (2004), os antecedentes da crise asiática remontam ao Japão da década de 1980 e início da década de 1990, onde o país passou por uma fase de estagnação econômica, bem como por uma grande crise financeira carecendo, portanto, de profundas reformas estruturais para promover uma maior internacionalização de sua economia, até então bastante fechada.

As incertezas políticas que pairavam na região no final da década de 1990 devido à reunificação da China, a devolução de Hong Kong e as questões políticas e diplomáticas envolvendo do Tibet e Taiwan, também

foram motivo de preocupação, sobretudo por parte das grandes potências internacionais.

Para muitos estudiosos, sobretudo de relações internacionais,

[...] a posição chinesa de continuar afirmando sua inserção internacional, sem negociar suas instituições político-sociais e valendo-se de uma política cambial de valorização de sua moeda frente ao dólar, como forma de transformar o Yuan em uma moeda conversível, colocaria o país no centro das atenções internacionais e, para alguns analistas, como pivô da crise asiática (AMARAL, 2007, p. 27).

Segundo Amaral (2007), os movimentos especulativos do capital internacional sofreram uma intensa queda, bem como houve grande fuga dos capitais internacionais presentes no país, afetando o montante de reservas internacionais de forma bastante significativa.

No que tange aos reflexos que a crise asiática provocou nos países-membros do Mercosul, observe-se o quadro a seguir.

Quadro 04: Comércio de bens mundial e do Mercosul: 1997-1998, US\$ bilhões

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1997	1998
Mundial	5.581	5.498
MERCOSUL	83,2	81,4
Intra-bloco	21,0	20,0
Extra-bloco	63,0	61,0
IMPORTAÇÃO		
Mundial	5.736	5.673
MERCOSUL	102,6	98,7
Intra-bloco	21,0	21,0
Extra-bloco	81,0	78,0
CORRENTE DE COMÉRCIO		
MERCOSUL	185,1	180,1
Intra-bloco	42,0	41,0
Extra-bloco	144,0	139,0

Fonte: WTO, 2004 (adaptação)

Observemos que a crise asiática proporcionou uma redução tanto no volume de exportações quanto de importações em nível mundial, de 1997 para 1998. Ainda, podemos observar que esses reflexos da crise provocaram também uma queda no comércio de bens do Mercosul, tanto do lado das exportações quanto do lado das importações, de 1997 para 1998, pois a corrente comercial, tanto intra quanto extra-bloco diminuíram, com exceção para o comércio de bens intra-bloco pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado.

Porém, em termos gerais, observa-se uma redução da corrente de comércio do Mercosul, tanto intra-bloco quanto extra-bloco.

A crise russa e seus reflexos no desempenho comercial do Mercosul: 1999-2004

Com os efeitos da Crise Asiática ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo, o país também entra em crise em meados do ano de 1998, desvalorizando sua moeda, o rublo, e decretando moratória parcial de sua dívida externa (AMARAL, 2007).

Ademais, a fuga de capitais que a crise provocou na Rússia, associada a uma queda no preço do petróleo no mercado internacional, principal fonte de recursos russos, o país passa a não ter mais condições de obter recursos para cobrir seus gastos com a dívida externa e com despesas relativas aos serviços sociais.

Desta forma, com a decretação da moratória russa em 1998 e, ainda, sob os efeitos da Crise Asiática, o cenário econômico mundial sentiu drasticamente os efeitos conjuntos das crises institucionais, o que provocou graves consequências para o desempenho do comércio internacional como um todo, e do Mercosul de forma específica. Segundo Amaral:

A grande diferença desse momento para os anteriores é que, nesse caso em particular, a partir da Crise Russa, os mercados internacionais de crédito se fecharam aos países emergentes quase que por completo, durante um longo período de tempo, causando efeitos negativos para essas economias. Verifica-se, ainda, a intensificação da tendência de queda dos preços internacionais das commodities, principal fonte de renda no comércio internacional dos países emergentes, além de registrar lenta expansão do comércio mundial como um todo (AMARAL, 2007, p. 28).

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 05: Comércio de Bens Mundial e do Mercosul: 1999-2004, US\$ bilhões

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Mundial	5.712	6.449	6.183	6.482	7.551	9.153
MERCOSUL	74,3	84,6	87,8	88,8	106,1	135,5
Intra-bloco	15,0	18,0	15,0	10,0	13,0	17,0
Extra-bloco	59,0	67,0	73,0	79,0	93,0	118,0
IMPORTAÇÃO						
Mundial	5,911	6.715	6.474	6.724	7.832	9.495
MERCOSUL	82,4	89,4	83,9	62,2	68,6	94,0
Intra-bloco	16,0	18,0	16,0	11,0	13,0	18,0

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Extra-bloco	67,0	72,0	68,0	52,0	55,0	76,0
CORRENTE DE COMÉRCIO						
MERCOSUL	156,7	174,0	171,7	151,0	174,7	229,5
Intra-bloco	31,0	36,0	31,0	21,0	26,0	35,0
Extra-bloco	126,0	139,0	141,0	131,0	148,0	194,0

Fonte: WTO, 2004 (adaptação)

Ao observarmos o quadro, podemos destacar que a tendência de queda no volume de comércio tanto intra-bloco quanto extra-bloco do Mercosul continuou em queda até 1999, quando comparadas com 1997 e 1998, no quadro anterior.

Pelo quadro 05 podemos notar que, de 1999 a 2004, o comércio mundial de bens foi maior do lado das importações do que do lado das exportações. Já, em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações apenas até o ano 2000. De 2001 a 2004, observamos uma mudança nessa tendência: o comércio de bens no Mercosul passa a ser maior pelo lado das exportações do que pelo lado das importações.

Ademais, ainda em relação ao comércio de bens do Mercosul, a mudança da política cambial no Brasil com a desvalorização do real em 1999, também repercutiu sobremaneira nos padrões de competitividade existentes no Mercosul após esse período, piorando ainda mais a situação econômica da Argentina, já afetada pelas crises internacionais.

A desvalorização do real, no Brasil, desta forma, contribuiu sobremaneira para a efetivação da Crise Argentina nos anos de 2001 e 2002.

Os dados contidos no quadro 05 destacam, ainda, que a mudança na política cambial brasileira em 1999 também contribuiu para a redução do desempenho comercial do Mercosul intra-bloco, a partir de 2001. Apesar da moeda brasileira possuir, após 1999, um preço menor que o peso argentino, houve retaliações argentinas em relação a alguns produtos brasileiros dentro do bloco, repercutindo numa crise diplomática entre os países idealizadores do Mercosul. Assim, segundo Amaral,

[...] o biênio 1999/2000 significou um momento de profunda reflexão sobre o processo de integração do Cone Sul, motivada pelos muitos problemas conjunturais e estruturais de ordem econômica, política, social e comercial enfrentados pelos países-membros do Mercosul (AMARAL, 2007, p. 42).

Já, em âmbito internacional, as turbulências oriundas das crises externas começam a se dissipar, favorecendo novamente o comércio extra-bloco do Mercosul, sobretudo pelo lado das exportações, a partir do ano 2000, como mostram os dados expostos no mesmo quadro.

Atração de capital estrangeiro pelos países do Mercosul, em meio às crises internacionais da década de 1990.

A despeito das crises internacionais, o Mercado Comum do Sul transformou-se no bloco econômico mais importante e mais conhecido da América Latina, e seus países membros passaram a apresentar avanços notáveis no sentido da integração regional, tanto na área comercial quanto no plano dos investimentos e na interação das estruturas produtivas dos membros.

Foi exatamente o processo de integração do Mercosul, quem favoreceu, paralelamente, os investimentos diretos estrangeiros na região que, deveriam ter crescido a taxas menores ou, até mesmo, apresentado um decréscimo em todo esse período de crises.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 6: Principais países receptores de IDE na América Latina (1994-1998)

Países	1990/94*	1995	1996	1997	1998
Argentina	2.931	5.610	6.949	9.161	7.292
Brasil	1.703	4.859	11.200	19.650	31.913
México	5.409	9.526	9.186	12.831	11.312
Outros	4.275	8.089	14.406	20.343	16.247
Total AL	14.318	28.084	41.741	61.985	66.764

Média dos investimentos do período.

Fonte: Informes La Inversión Extranjera da CEPAL (em milhões de dólares).

Observemos que a partir da década de 1990, há um acentuado incremento de IDE na América Latina, com destaque para os países maiores, a saber: Argentina, Brasil e México. Dentre os maiores receptores desses investimentos, estão os idealizadores do Mercosul: Argentina e Brasil. Isso ocorreu devido ao baixo custo de mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao IDE, amparadas pela política de regionalismo aberto, e ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil.

Observemos, ainda, o próximo quadro, que mostra os principais receptores de Investimento Direto Estrangeiro na América Latina, no período que se estende de 1999 a 2001.

Quadro 7: Principais países receptores de IDE na América Latina (1999-2001)

Países	1999	2000	2001	Total **	%**
Argentina	23.984	11.665	3.181	70.773	16,31
Brasil	28.576	32.779	22.636	153.316	35,34
México	11.915	13.286	24.730	98.195	22,63
Outros	18.152	12.913	17.158	111.583	25,72
Total AL	82.627	70.643	67.705	433.867	100,0

** Somatória dos investimentos dos períodos (quadros 4 e 5) e percentual dos períodos (quadros 4 e 5).

Fonte: Informes La Inversión Extranjera da CEPAL (em milhões de dólares).

Observemos que, a partir de 1999, ainda continua a tendência de expansão da entrada de IDE na América Latina.

Porém, a queda na entrada de IDE na Argentina após o ano 2000, foi oriunda da desvalorização do real no Brasil, em 1999, que culminou em uma séria crise financeira na Argentina em 2001, tornando o país em uma opção arriscada, aos olhos dos investidores internacionais.

Devido a essa crise financeira na Argentina, há também uma queda na entrada de IDE no Brasil, a partir de 2001. Mesmo assim, em termos percentuais, o Brasil foi o país que mais atraiu capital estrangeiro para a região, de 1990 a 2001 (35,34% do total dos IDE atraídos para a região no período).

Intra-bloco, de 1999-2001, a desvalorização do real e a Crise Argentina oriunda, principalmente, dessa mesma desvalorização, acabou por desencadear frutos negativos para o próprio processo de integração do Mercosul, provocando uma redução nas entradas de capitais no Brasil e na Argentina a partir de 2001.

Ademais, a deterioração das moedas dos países-membros e a aceleração inflacionária criaram para o Mercosul um cenário econômico, financeiro e comercial totalmente desfavorável à integração regional, tornando comprometida a continuação da aplicabilidade de alguns instrumentos de política comercial fundamentais para a continuidade do processo de integração regional, como a Liberalização Comercial e a TEC – Tarifa Externa Comum (ROZEMBERG; SVARZMAN, 2003).

Ademais, observamos que, enquanto as crises contribuíram para intensificar o comércio intra-regional do Mercosul, seus reflexos nas economias-membro, sobretudo no que se refere às reduções do crédito internacional e à redução dos preços das commodities, exigiram ajustes macroeconômicos nessas economias, os quais refletiram-se em crises internas no bloco.

Tais crises internas impossibilitaram a garantia do mínimo de convergência das políticas macroeconômicas dos principais países-membros: Argentina e Brasil, Paraguai e Uruguai, fator primordial para garantir o aprofundamento do processo de integração e, serão expostas em um próximo trabalho.

Considerações finais

A Crise Mexicana (1994) criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro. Tal crise levou o México à participação ao NAFTA, em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país.

No Mercosul, devido a tal crise, entre 1990 e 1997 o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, percentual muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações (GINESTA, 1999).

Isso ocorreu porque, nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas economias periféricas, numa tentativa de

implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

No Brasil, devido a tal crise, foram implementadas medidas visando a contenção monetária e do crédito, as quais resultaram na desaceleração do crescimento da economia, no aumento da taxa de desemprego e na retração da produção industrial.

Ajustou-se, ainda, a política cambial, introduzindo-se o sistema de bandas cambiais, através do qual a moeda flutua entre limites que poderiam ser modificados periodicamente.

Nesse momento, no Mercosul, também foi concebida a TEC – Tarifa Externa Comum, e o Programa de Liberalização Comercial, visando incentivar a competitividade externa dos países integrados. Nesse escopo, aumentaram-se tanto as exportações quanto as importações nesse período, embora as exportações tenham crescido mais que as importações devido às medidas de ajuste das economias-membro, necessárias para que as mesmas se ajustassem ao processo de abertura econômica.

Esse quadro de crescimento tanto das exportações quanto das importações do Mercosul culminou por reforçar que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para Liberalização Comercial no bloco, já que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões, em 1994, para US\$ 42,00 bilhões, em 1997.

A Crise Asiática, outro episódio internacional demasiado importante que ocorreu no período de 1997-98, onde o mundo deparou-se com uma nova conjuntura de instabilidade econômica, que resultou da crise financeira em cambial que se estabeleceu na Ásia, trouxe, por sua vez, os seguintes reflexos ao desempenho comercial do Mercosul: uma redução da corrente de comércio tanto intra quanto extra-bloco. A única exceção foi para o comércio de bens intra-bloco, pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado de 1997 para 1998.

A Crise Russa, ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo em meados de 1998, que culminou em uma decretação de moratória por parte da Rússia, que, por sua vez, sentiu drasticamente os efeitos da Crise Asiática, provocou os seguintes reflexos no desempenho comercial do Mercosul: tendência de queda no volume de comércio tanto intra quanto extra-bloco, até 1999. Devido a tais reflexos, o Brasil obrigou-se a desvalorizar o real, causando, por conta desta ação, uma séria crise nas demais economias do bloco, devido à concorrência que as demais economias enfrentariam com os produtos brasileiros mais baratos.

Frente a Crise russa, ainda, observou-se que o comércio mundial de bens, pelo lado das importações, foi maior do que pelo lado das exportações. Já em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações até o ano 2000. De 2001 a 2004 a tendência se inverteu, e o comércio de bens do Mercosul passou a ser maior pelo lado das exportações, do que pelo lado das importações.

Porém, os dados demonstraram que, a despeito das crises internacionais da década de 1990 terem auferido, em certos momentos, quedas nos fluxos comerciais entra e extra regionais do bloco, não houve fuga expressiva de capital estrangeiro da região até 1999, sobretudo das principais economias do Mercosul: Brasil e Argentina, o que demonstra a importância da integração como inibidora dos reflexos das crises externas no Mercosul. A queda na entrada de IDE na região passou a ocorrer devido a desvalorização do real, em 1999, afetando as demais economias do bloco e causando uma crise de confiança no processo de integração do Mercosul e não, como alguns estudiosos esperavam, pelo efeito direto das crises internacionais da década de 1990 sobre as economias-membro.

Notas

* Doutora em História Econômica pela USP. Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Paraná, câmpus de Campo Mourão (Unespar). E-mail: singerlu@gmail.com

** Mestre em Gestão Urbana pela PUC-PR. Professora assistente do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Paraná, câmpus de Campo Mourão (Unespar). E-mail: ricardina_dias@yahoo.com.br

*** Acadêmico do 5º ano do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná, câmpus de Campo Mourão (Unespar). E-mail: bruno_parana_19@yahoo.com.br

**** Acadêmica do 4º ano do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná, câmpus de Campo Mourão (Unespar). E-mail: katinhajns@hotmail.com

Referências

AGUILAR, Guillermo; MIRAMONTES, Rodolfo Cruz. In: RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.). **Entendiendo el TLC**. México, Centro de Estudios Estratégicos, 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTR 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o futuro do Mercosul: dilemas e opções. In: CASELA, Paulo Borba, et al., **Mercosul: integração regional e globalização**. São Paulo e Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ALVAREZ, Roberto; FUENTES, Rodrigo. Chile: efectos del acuerdo con el Mercosur en la economía. **Comercio Exterior**, v. 47, n. 11, p. 899-906, Banco Nacional de Comercio Exterior, México, novembro, 1997.

ALVES, Jaime da Silva. **Mercosul: Características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai**. Florianópolis: UFSC, 1992.

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. (Dissertação de Mestrado, Brasília) Universidade de Brasília – UNB. Instituto de Relações Internacionais. Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Brasília, 2007.

ARENAS, N.; SONNTAG, H. La Globalización: una mirada desde América Latina. **Cuadernos del CENDES-Caracas**, año 11, n. 27, Segunda Época, Septiembre-Diciembre, 1994.

BALASSA, Bella. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BALZE, Felipe A. M. **El comercio exterior Argentino en la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1991.

BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em Perspectiva: integração regional da retórica à realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 1996.

BASSO, Maristela. Integração econômica e institucionalização: as experiências do Mercosul e da União Européia. **CD-ROM-Enciclopédia Digital Direitos Humanos II**, São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/mercosul/mercosul11.html>>. Acesso em: 10 maio 2012.

BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos. **Mercosul: então e agora**. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006.

BEHAR, Jaime. Integración y Coordinación de Políticas Económicas en América del Sur. **Aldea Mundo**, oct. 1998/abr. 1999.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema Mundial y Mercosur** – globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas. Argentina, Nuevohacer/ Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2000.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**. Cincuenta Años, Santiago, Numero Extraordinario, outubro, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo et al. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). **Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL**, v. 2, Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAMPBELL, Jorge (ed.). **Mercosul: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Econômica**, n. 4, p. 25-60, dezembro de 2000.

CARAMUTI, Ofelia Stahinger de.(coord). **El Mercosur en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996.

CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993.

CARVALHO, Ailtom Mota de. Integração e desintegração da América Latina. **Caderno de Geografia**, v. 6, n. 8, dez. 1986.

CARVALHO, Delgado; RIEMER, Anna Maria Delgado de. **História das Américas**. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1975.

CASELA, Paulo Borba. Pequenas e médias empresas e integração no Mercosul. In: BASSO, Maristela et. al. **Mercosul: Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

CASTEX, Paulo Henrique. Os blocos econômicos como sociedade transnacional: a questão da Soberania. In: CASELA, Paulo Borba, et al. **Mercosul: integração regional e globalização**. São Paulo e Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

CEPAL. **Desarrollo reciente de los procesos de integración en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, (LC/R, 1.381), mayo, 1994.

CEPAL. **La inversión extranjera en América Latina y el Caribe**. Informe 2001, CEPAL-Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2002.

CHACON, Vamireh. **O Mercosul: a integração econômica da América Latina**. São Paulo: Scipione, 1996.

CHALOUT, Yves; HILLCOAT, Guillermo. O Período de Transição do Mercosul e o Setor Primário. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, jan./jun. 1996.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. América Latina: integração e desintegração. In: **A América Latina e a globalização**. São Paulo: FFLCH/PROLAM-USP, 2004.

CONTINI, Elísio. **Dinamismo do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.agroline.com.br/artigos/artigo.php?id=22>>. Acesso em: 21 abr. 2001.

ESTEVADEORVAL, Antonio. Traditional market access issues in rtas: an unfinished agenda in the Americas? Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr et al, **As Políticas Comerciais do Brasil e seus Reflexos no Comércio com a Argentina**. REPPIL@, v.1, n. 1, UFSM-RS, 2003.

FLÔRES, Renato G. Junior. Investimento Direto Estrangeiro no Mercosul: uma visão geral. **Ensaio Econômico**. Fundação Getúlio Vargas, EPGE, n. 598, São Paulo, agosto de 2005.

FONSECA, Paulo Sérgio Moreira da. O processo de Integração da América Latina e do Caribe. Texto produzido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração da Área de Planejamento do BNDES. Seminário sobre a América do Sul: A organização do espaço sul-americano. **Anais**. Brasília, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: "passivo externo" ou "ativo estratégico"? **Revista Política Internacional** – CIDEDEC-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes, 15/04/2005.

FRANCO, Gustavo H. B. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? **Revista Política Internacional-CIDEC** – Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005.

FRIEDMAN, Thomas, L. **O lexis e a oliveira**: entendendo a globalização. São Paulo: Objetiva, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1987.

GIMENES, Rafael Urbano. Regime de concorrência das empresas binacionais no Mercosul. In: **Mercosul**: Integração Regional e Globalização. São Paulo e Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**: una introducción. Porto Alegre: Universidade/UFRS, 1999.

HAFFNER, Jacqueline Hernández. A CEPAL e a Integração Latino-Americana. **Revista Análise Econômica**, UFRS, ano 20, 1996.

IRACHANDE, Aninho Mucundramo. **Direito de intervenção coletiva e a governança global**. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UnB, 1996.

JANK, M.; NASSAR, A. A reconfiguração do agribusiness no Mercosul e Chile. In: **Agricultura no Mercosul**. Chile mais Bolívia. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Montevidéu (CRS), 1997.

JANK, Marcos Sawaya. **O contexto do Mercosul**: Harmonização de Políticas e Competitividade. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

KINOSHITA, Fernando. **Da associação Latino-Americana de livre comércio à associação Latino-Americana de integração**: Notas sobre a integração regional. In: *Âmbito Jurídico*, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/di0011.htm>>. Acesso em: 10 maio 2012.

KOTZ, Hans-Helmut; CRETSCHMANN, Klaus. Convergencia en diferentes niveles de integración económica: la experiencia europea. **Integración Latinoamericana**, 19, Buenos Aires, ago./set. 1994.

MACHADO, João Bosco M. **Mercosul**: processo de integração, origem e evolução. São Paulo, Aduaneiras, 2000.

MACHADO, João Bosco M; RIBEIRO, Fernando J. Conflitos Comerciais no Mercosul: Mudança cambial e questões estruturais. **Revista Brasileira de Comércio Exterior** (RBCE). FUNCEX-Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, 1999.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A integração econômica da América Latina**: do sonho à realidade. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1996.

MONTOYA, Marco Antonio. O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **UFP-RS, RBE**, Rio de Janeiro, out/dez., 2002.

NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006 - Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação**. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007.

NICOLINI, Elisabete R. **Políticas de estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul**. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos intra-regionais no Mercosul**. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM) São Paulo, USP, 2004.

PAREDES, Fernando Salazar. La Sinergia como condición previa para la nueva integración. **Anais...** Seminário Sobre a América do Sul, Brasília, 03 de julho a 02 de agosto, 2000.

REIS, Márcio Monteiro. Interpretação constitucional do conceito de soberania. In: CASELA, Paulo Borba, et al. **Mercosul: Integração Regional e Globalização**. São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? **Aldea Mundo**, año 6, n. 11, 5/11/2002.

RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Gobernabilidad en América Latina. ¿Una Conciliación Imposible? **Aldea Mundo**, Año 6, n. 11, may/oct. 1997.

ROZEMBERG, Ricardo; SVARZMAN, Gustavo. **Informe Mercosul**, ano 7, n. 8. Período 2001-2002. Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe.. BID-INTAL, Buenos Aires-Argentina, 2003.

RUSSO, Jose Luis. **Las disparidades regionales e sus efectos sobre los sistemas agroalimentares en el marco del Mercosur**. Universidad de Córdoba (España). Escuela de Ingenieros Agrónomos y Montes. Economía Agroalimentaria-Desarrollo Regional, Tesis Doctorales, 1997.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias da integração e o Mercosul: estratégias**. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILBER, Simão D. **Evolução e tendência do comércio internacional**. Série Assuntos Internacionais. Coleção Documentos São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, junho de 1995.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

VACCHINO, Juan Mario. La integración latinoamericana en la era de la globalización. Desarrollo de espacios y opciones de integración. **En Integración Solidaria: América Latina**: América Latina en la Era de la Globalización. Caracas, Ediciones Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1995.

VACCHINO, Juan Mario; PULGAR, Telasco. Articulación de acuerdos de integración y la comunidad latinoamericana de naciones. **En Capítulos**, n. 53, ene/jun. SELA, Caracas, 1998.

VACCHINO, Juan Mario. La integración regional y las negociaciones del Alca. **Aldea Mundo**, año 6, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Crise asiática, recuperação e construção da multipolaridade. In: **Nova Ordem Global** – Relações Internacionais do Século 20. Disponível em: <www.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_152.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Mercosul e sociedade Civil. **São Paulo em Perspectiva**. 16 (1), 63-73, 2002.

Recebido em: março de 2012.

Aprovado em: maio de 2012.